



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de
Justiça
para os devidos fins.

Em 24/08/15

Charge

Conceição de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Edson

Ferreira

para relatar.

Em 25/8/15

[Assinatura]
Presidente Comissão de Constituição
e Justiça



ESTADO DO PIAUÍ
Assembleia Legislativa

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER nº

AO INDICATIVO DE PROJETO DE LEI Nº. 20, de 19 de agosto de 2015,
que:

Modifica a grade curricular das escolas estaduais do Piauí incluindo as disciplinas de teoria musical e iniciação a prática musical.

RELATOR: DEP. EDSON FERREIRA

I – RELATÓRIO

Apresento, nos termos dos arts. 61, 137, 138 e 139 do Regimento Interno da Casa, Parecer onde examinamos a constitucionalidade do Indicativo de Projeto de Lei que visa modificar a grade curricular das escolas estaduais do Piauí incluindo as disciplinas de teoria musical e iniciação a prática musical.

Dessa forma, devo ressaltar a relevância da propositura ora em comento, a qual busca inserir o ensino da música na grade curricular das nossas escolas, e que, em consequência disso, causaria diversos benefícios aos alunos que irão desenvolver uma nova forma de aprendizado.

Nesse sentido, entendo ser de grande valia esta proposição, que a meu ver cumpre a função social do Estado, promovendo à educação e a cultura, garantindo o acesso dessas atividades através da música por meios que normalmente os alunos não têm acesso.

Para isso, devo verificar a constitucionalidade do indicativo de Projeto de Lei ora apresentado pelo nobre Deputado Francis Lopes.



ESTADO DO PIAUÍ
Assembleia Legislativa

Sendo assim, por se tratar de indicativo de Projeto de Lei, essa sugestão deverá ser encaminhada ao executivo para transformá-lo ou não em projeto e reenviá-lo a esta casa para sua normal tramitação, nos termos do art. 114 do Regimento Interno.

II – VOTO DO RELATOR

Por todo o exposto, observando a grande importância da iniciativa legiferante do nobre colega parlamentar, somos pela constitucionalidade da proposição com a remessa ao poder executivo para que submeta a análise de sua discricionariedade, onde deverá ser avaliado se o mesmo é conveniente e oportuno.

III – PARECER DA COMISSÃO

Em discussão, em votação:

Pelo acatamento (X)

Pela rejeição ()

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 20 de setembro de
2015.

Edson de Castro Ferreira
DEP. EDSON FERREIRA – PSD
RELATOR

de

APROVADO À UNANIM.
em, <u>20/10/15</u>
Presidente da Comissão
<i>[Assinatura]</i>

Artur Sales

IMIDADE
em, _____
Presidente da Comissão

[Assinatura]